

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

SOCIAL MOVEMENTS AND DEMOCRACY: THE BLACK MOVEMENT IN BRAZIL

MOVIMIENTO SOCIALES Y DEMOCRACIA: EL MOVIMIENTO NEGRO EN BRASIL

Diana de Fátima Albissú¹
Carlos Alberto Simioni²

Resumo

A escravidão é uma grande mancha na história da humanidade, pois onde esteve presente trouxe dor, exploração e desigualdade. Implantada no Brasil pelos colonizadores portugueses, a mão de obra escrava foi o pilar da economia e o alicerce na construção da nação brasileira. O fim da escravidão no Brasil se deu de forma desorganizada, sem nenhum tipo de amparo ou reparação à população negra, que se viu excluída da sociedade. Com seus direitos básicos negados e totalmente desamparados pelo Estado, os negros perceberam que somente unidos teriam chance de conquistar seus direitos e serem inseridos na sociedade. Através dessa união surgiram movimentos de resistência e luta que culminaram na formação do Movimento Negro Brasileiro. A sua luta por direitos básicos, formou as mais variadas bandeiras, para a construção de políticas públicas que correspondessem aos anseios da população negra. Além de criar pautas para a garantia de direitos, o movimento necessita defender as políticas públicas existentes e conscientizar uma parcela da população brasileira que, além de levantar debates inflamados contra as bandeiras do movimento, ainda se sente indignada com cada política pública conquistada. Para compreendermos como surgiram as pautas do movimento negro no Brasil, a sua formação como movimento, a ineficiência do Estado em cumprir as políticas públicas, o racismo estrutural de nossa sociedade e quais políticas públicas realmente atendem as suas demandas, realizamos este artigo. Usamos como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica, feita em livros e artigos. Depois de explanação sobre o início da escravidão no Brasil, de descrição da história do surgimento do movimento negro e análise das políticas públicas, podemos perceber que muitas das bandeiras do movimento negro, mesmo após anos de luta, ainda não estão contempladas nas leis e políticas públicas. Consta-se que há dificuldade em seu cumprimento e que o caminho para amenizar nossa dívida histórica com a população negra está longe de ser concluída.

Palavras-chave: bandeiras sociais; políticas públicas; racismo histórico; escravidão; desigualdade.

Abstract

Slavery is a stain on human history because it brought pain, exploitation and inequality. Established in Brazil by Portuguese colonizers, slave labor was the pillar of the economy and the foundation to construct the Brazilian nation. In Brazil, the end of slavery occurred disorderly, without any support or reparation for the black population, which was excluded from society. With their fundamental rights denied and totally abandoned by the State, blacks realized that only united they would have a chance to conquer their rights and be included in society. Through this union, resistance and struggle movements emerged that culminated in the formation of the Black Brazilian Movement. Its fight for fundamental rights formed the most varied banners for the construction of public policies that corresponded to the aspirations of the black population. In addition to creating guidelines to guarantee their rights, the movement needs to defend existing public policies and raise awareness among a portion of the Brazilian population who, in addition to raising heated debates against the movement's banners, still feel indignant with each public policy achieved. In order to understand how the agendas of the black movement emerged in Brazil, its formation as a movement, the State's inefficiency in complying with public policies, the structural racism of our society and which public policies really meet its demands, we carry out this article. We use as a research methodology the bibliographic review, carried out in books and articles. After explaining the beginning of slavery in Brazil, describing the history of the emergence of the black movement and analyzing public policies, we can

¹ Bacharel em Ciências Políticas. E-mail: dianaalbissu80@gmail.com.

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR; Mestre em Sociologia, UFPR; Graduado em Ciências Sociais, UFPR. Professor dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais no Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: carlos.s@uninter.com.

observe that many of the banners of the black movement, even after years of struggle, are still not covered in laws and policies public services. It can be noted that there is difficulty in complying with it and that the path to alleviating our historical debt to the black population is far from complete.

Keywords: social banners; public policy; historical racism; slavery; inequality.

Resumen

La esclavitud es una gran mancha en la historia de la humanidad, pues en donde estuvo presente trajo dolor, explotación y desigualdad. Implantada en Brasil por los colonizadores portugueses, la mano de obra esclava fue el pilar de la economía y la base de la construcción de la nación brasileña. El fin de la esclavitud se produjo de forma desorganizada, sin ningún tipo de apoyo o reparación a la población negra, que se vio excluida de la sociedad. Con sus derechos básicos negados y totalmente desamparados por el Estado, los negros percibieron que solamente unidos tendrían la posibilidad de conquistar derechos y ser aceptados en la sociedad. A partir de esa unión surgen movimientos de resistencia y lucha que culminaron en la formación del Movimiento Negro Brasileño. Su lucha por derechos básicos produjo distintas banderas de lucha, para la construcción de políticas públicas que correspondieran a sus necesidades. Además de crear líneas para la garantía de derechos, el movimiento precisa defender las políticas públicas existentes y crear consciencia en parte de la población brasileña que, además de levantar voces inflamadas contra las banderas del movimiento, se siente indignada con cada política pública conquistada. Para entender cómo surgieron las líneas de acción del movimiento negro en Brasil, su formación como movimiento, la ineficiencia del Estado en el cumplimiento de las políticas públicas, el racismo estructural de nuestra sociedad y cuáles políticas públicas realmente responden a sus necesidades, realizamos este artículo. Como metodología de investigación usamos la revisión bibliográfica, hecha en libros y artículos. Luego de exposición sobre el inicio de la esclavitud en Brasil, de descripción de la historia del movimiento negro y análisis de las políticas públicas, podemos percibir que muchas de las banderas del movimiento negro, aun después de tantos años de lucha, todavía no están contempladas en leyes y políticas públicas. Se constata que hay dificultad en su cumplimiento y que el camino para disminuir nuestra deuda histórica con la población negra está lejos de terminar.

Palabras-clave: banderas sociales; políticas públicas; racismo histórico; esclavitud; desigualdad.

1 Introdução

O movimento negro brasileiro através de sua militância histórica necessita sempre inovar seus métodos de luta e acompanhar a evolução tecnológica; com o advento das redes sociais o movimento encontrou nas mídias sociais uma forma mais rápida e de grande alcance para dar visibilidade às suas principais bandeiras de luta.

Mas, se as redes sociais promoveram alguns benefícios também trouxeram novos desafios, como a oposição e debates contrários às bandeiras e às políticas públicas conquistadas pelo movimento.

Este artigo pretende analisar quais pautas do movimento negro no Brasil conseguiram ser atendidas pelo Estado em forma de políticas públicas; identificar como surgiram as demandas da população negra; demonstrar como se deu ao longo da história a formação do Movimento Negro no Brasil; quais empecilhos contribuíram para dificultar a inserção do negro nos espaços de liderança do poder público e a importância da formação de movimentos sociais na busca de justiça social.

Tratar esse tema se faz necessário para a conscientização da população frente ao dever do Estado na promoção do respeito; na proteção; na garantia de todos os direitos humanos e de todas as liberdades fundamentais da população negra.

Para realizar essa análise apresentamos o conceito de movimento social sugerido por Cristina Nunes em seu artigo *O conceito de movimento social em debate dos anos 60 até a atualidade* (2014); traçamos um resumo da história da população negra no Brasil através da visão de Sharyse Piroupa do Amaral, em seu livro *A história do negro no Brasil* (2011) que, nos dias atuais, serve como base no ensino de história africana no Brasil; pesquisamos as pautas levantadas pelo movimento desde sua formação até os dias atuais, através dos trabalhos de diversos autores. Entre eles, Domingues Petrônio, em *Movimento negro no Brasil: alguns apontamentos históricos* (2007) e *Vai ficar tudo preto: Monteiro Lopes e a cor na política* (2013); Ângela Figueiredo, que demonstra a importância da contribuição do movimento de mulheres negras para o Movimento Negro no Brasil através do artigo *Perspectivas e contribuições de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e sexismo na sociedade brasileira* (2018); e demonstramos a necessidade de construção de políticas públicas, de ações afirmativas no combate ao racismo através da visão de Valter Roberto Silvério, em *Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil* (2002).

Para contribuir com a conclusão do artigo e uma melhor compreensão do leitor, apresentamos uma análise de Valter Roberto Silvério, em colaboração com Cristina Teodoro Trinidad, no trabalho *Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?* (2012), que trata sobre a Lei 10.639/2003. Essa lei modifica as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *história e cultura afro-brasileira*. Os autores fazem também um levantamento das principais políticas públicas criadas para a população negra. Analisamos quais delas correspondem às demandas do movimento, com o intuito de ampliar o conhecimento e demonstrar a importância do Movimento Negro Brasileiro na construção de políticas públicas, para reparação da dívida histórica de nossa sociedade com a população negra. A metodologia de pesquisa usada neste artigo tem embasamento bibliográfico, através da análise de livros e artigos científicos.

2 História das lutas do movimento negro no Brasil

2.1 Conceito de movimento social

Cristina Nunes (2007) faz um mapeamento das diferentes abordagens sobre o conceito de movimento social, utilizando como marco cronológico os debates iniciados na década de 1960 a 1970.

O surgimento da contestação social e política originada pelos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos da América — que reivindicavam para a população afro-americana os mesmos direitos sociais e políticos vigentes para a população branca —, e o surgimento dos protestos emergentes em maio de 68 na Europa, serviram de alicerce para o estudo de grandes teóricos.

Apelidados como paradigmas norte-americano e europeu até as décadas de 80 e 90, foram vistos como antagônicos e conduziram à construção de análises em torno dos novos movimentos sociais; contribuíram para o surgimento do conceito de movimento social, para a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e para a Teoria do Processo Político (TPP).

Entre as teorias norte-americanas podemos destacar a TMR, que oferece uma visão mais organizada e racional aos movimentos sociais; demonstra a importância da mobilização de recursos e o papel que exercem as organizações no desenvolvimento dos movimentos sociais. Também nos mostra que não é possível planejar e executar uma ação, ou manifestação, mesmo as mais espontâneas, sem ativar determinados recursos, como o acesso às mídias sociais.

Do lado norte-americano ainda temos a Teoria dos Processos Políticos, que demonstra como o sistema político exerce influência, como surgem os movimentos sociais e quais caminhos são necessários para o êxito de suas causas. A TPP nos apresenta conceitos de estrutura de oportunidade política, para explicar os variados processos por que cada protesto emergente pode passar, nas mais variadas nações, exatamente por seus diferentes contextos políticos e sociais.

No lado europeu, os estudos estavam centrados em analisar os protestos de maio de 68 na França e na identidade cultural, com especial destaque para a sociologia europeia e a teoria acionalista de Touraine, que distinguia os movimentos sociais entre “novos” e “velhos”.

Os teóricos dos novos movimentos sociais, apesar de alguns pontos divergentes, convergiam na relevância de algumas temáticas.

O conceito de movimento social foi o elo comum a todas essas abordagens que, apesar de todas as diferenças, conseguiram encontrar pontos de análise convergentes, como indica Nunes (2014): ações contínuas; coesão; oponentes; conflitos e identificação entre membros do mesmo grupo.

[...] a presença da noção de conflito, a existência de duas partes que se opõem, de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado momento e que vai além do significado de um protesto ou uma manifestação (NUNES, 2014, p. 144).

Entender o conceito de movimento social é de extrema importância para que se possa ter uma visão mais apurada de como surgem os movimentos sociais, qual a importância de suas pautas para a sociedade e a contribuição histórica para o desenvolvimento da democracia.

Após a explanação neste primeiro tópico sobre o conceito de movimento social, passaremos ao segundo, para demonstrar, através de um breve resumo histórico, em qual contexto surgiram as primeiras raízes do movimento negro no Brasil.

2.1.1 A trajetória do negro no Brasil

Durante quase quatro séculos a escravidão foi um negócio legal no Brasil, tornou-se base do nosso sistema social e econômico e definiu espaços sociais que até hoje tentamos desconstruir.

Com o objetivo de aumentar a produção de riquezas do império português, a escravidão dos africanos foi introduzida no Brasil. Trazidos em navios negreiros, homens, mulheres e crianças eram amontoados nos porões dos navios, em grupos que variavam entre 300 e 500 pessoas em condições sub-humanas. As viagens podiam durar de 30 a 50 dias, com suprimentos ínfimos de água e comida e nenhuma opção de higiene, o que tornava a sobrevivência quase impossível.

Os escravos sobreviventes, ao chegarem ao Brasil eram desembarcados nos portos de Recife, Salvador; São Vicente e Rio de Janeiro.

Após o desembarque, os africanos eram distribuídos como mercadorias para diferentes localidades da colônia, para todo tipo de trabalho.

Os escravos africanos, além de responsáveis por todo o trabalho pesado, contribuíram para a construção da nação brasileira, não somente pela força de trabalho, mas também para o povoamento, colonização e bagagem cultural de nosso país, através da sua evidente influência linguística e religiosa. Mesmo diante de seu grande valor histórico, durante a escravidão o negro não era reconhecido como pessoa e sim como coisa.

Objetificados, eram propriedades dos senhorios desde o ventre de suas mães; podiam ser doados, vendidos, trocados, deixados em testamento, partilhados e até alugados como qualquer outro bem. A condição de escravos não lhes permitia adquirir bens, constituir poupança, votar ou ser votado e muito menos serem testemunhas em processos judiciais.

Porém, a qualificação de “coisa” não refletia a visão dos homens e mulheres escravizados, que nunca perderam a sua humanidade pois amaram, constituíram família, valorizaram laços de parentesco e amizade, cultuaram a sua fé e lutaram por melhores condições de vida e liberdade.

Ao contrário da imagem que até hoje é disseminada, de que o negro estava conforme com a sua condição, a história nos mostra, através de estudos e pesquisas recentes, que o escravo lutou por sua liberdade, tanto que era necessário o uso da violência física para dominá-los, o que não foi suficiente para impedir que se rebelassem frequentemente e lutassem por melhores condições de vida. Foram anos de luta e resistência através das mais variadas formas, como a demora na execução de serviços, sabotagens, suicídios, abortos, roubos e fugas para as matas, onde formavam os quilombos.

O quilombo mais conhecido no Brasil é o Quilombo dos Palmares por ser o que durou mais tempo (65 anos), com maior área territorial e deu mais trabalho para ser destruído. Independentemente de seu tamanho, os quilombos foram importantes meios de resistência à escravidão e se espalharam por todo o território nacional. Estudos recentes comprovam que a resistência dos negros à escravidão não se manifestava só através de fugas e rebeliões, mas também da luta por manter suas famílias, religiosidade e crenças. A abolição dos escravos não aconteceu como nos contaram na escola; foi um longo processo abolicionista. Anteriormente a esse processo, o crescimento da rebeldia escrava é apontado por novos estudos como o principal motivo para a aprovação da Lei Áurea. A Lei Eusébio de Queiroz de 1850, ao acabar com o tráfico de escravos trazidos do continente africano, deixou como opções o tráfico entre as províncias e uma crescente criolização da escravatura. Entre 1860 e 1870, o trabalho escravo passava por uma mudança em sua estrutura; naquele momento se constituía de uma maioria de escravos nascidos no Brasil e não de africanos recém-chegados. O tráfico interno deslocava escravos rebeldes do Norte para o Sul, originando motivos incentivadores de revoltas, pois os escravizados do Norte chegavam ao Sul com suas próprias ideias de cativeiros justos, definições de ritmos e disciplina de trabalho, causando frequentes choques culturais.

Em 1881, com o temor de uma guerra entre norte e sul do país, como ocorreu nos EUA, parlamentares brasileiros resolveram proibir o tráfico interprovincial. Com o fim do tráfico dos africanos, muitos senhores de engenho e cafeicultores tiveram uma concentração progressiva de escravos em seu poder.

Deixando a escravidão de ter legitimidade social junto à população, abriu-se espaço para o crescimento do abolicionismo. Com a pressão dos escravos, o sentimento abolicionista crescendo na sociedade e o desejo de melhorar a imagem internacional do Brasil para atrair

investimentos, era preciso acelerar a abolição e acabar de vez com a imagem de um Brasil escravista.

Para alcançar esse objetivo, foi colocada em prática a legislação emancipacionista, da qual fizeram parte a Lei do Ventre Livre; a Lei do Sexagenário; a lei que proibia a revogação da alforria; a Lei do Direito ao Pecúlio e a Lei do Resgate à Liberdade. Com o sentimento abolicionista tomando corpo junto à sociedade, alguns atores foram de grande importância para a luta antiescravista, entre eles podemos citar os estudantes de direito e medicina e os profissionais liberais.

André Rebouças e Luiz Gama foram nomes importantes nesse processo. Com o envolvimento dos mais variados setores da sociedade, que se constituía de indivíduos de várias classes, cores e origens somado às revoltas escravas e à pressão internacional de possíveis parceiros econômicos do Brasil, o governo brasileiro, que ainda vivia sob o regime monarquista, não teve outra escolha a não ser assinar em 1888 a Lei de Abolição da Escravidão, através das mãos da princesa Isabel.

Com o fim da escravidão, era preciso mão de obra urgente; ao invés de pagar aos negros por seu trabalho, foi implementado no Brasil o ideal de colônias de imigrantes; consideravam que era preferível dar terra aos imigrantes brancos e europeus que remunerar o trabalhador negro.

Infelizmente ao longo de nossa história, vingou a mentira de que os negros eram vadios, preguiçosos, arruaceiros e acomodados à escravidão, enquanto o imigrante branco e europeu era visto como trabalhador exemplar.

Surge a partir desse momento o ideal de embranquecimento da população brasileira, com políticas de imigração que duraram até 1930. Incentivava-se a imigração europeia e se proibia a vinda de imigrantes negros e asiáticos, instituindo-se assim no país o racismo em diversas formas.

No direito, o racismo se manifestou na proibição e repressão de manifestações culturais de origem africana, como a religião afro-brasileira, a capoeira e o samba. Na medicina se manifestou através dos higienistas, que culpavam a população negra pelas epidemias ocorridas no país e promoveram uma verdadeira perseguição aos cortiços onde residia a população negra e mestiça. Assim, foi criada uma política de eliminação dos cortiços e expulsão das classes pobres do centro urbano para a margem das cidades. Dificultava-se e até se negava tratamento de saúde à população negra contra as epidemias, deixando-a à sua própria sorte, para ser dizimada e assim realizar o ideal de embranquecimento da população.

O racismo também pode ser visto, nesta época, na reforma eleitoral de 1880. Com o crescimento do racismo estrutural que negava aos negros moradia nos centros urbanos, trabalho remunerado, cuidados com a saúde, direitos políticos e até acesso à educação, surgiram as revoltas contra o Estado, que queria manter a exclusão social do negro após a abolição.

Entre essas revoltas podemos destacar a Guerra de Canudos (Bahia, 1896-1897), a revolta da vacina (Rio de Janeiro, 1904) e a revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910).

As conquistas dos negros na República vieram de muitas lutas: a luta antirracista através das organizações negras; da frente negra brasileira; do teatro experimental do negro e da resistência negra. A resistência negra permitiu a formação dos Movimentos Negros Unificados (MNU), que surgiu em 7 de julho de 1978.

A MNU trouxe grandes conquistas: redimensionou a militância política; estimulou a criação de diversas organizações negras; mobilizou comunidades remanescentes de quilombolas; promoveu importantes mudanças na mentalidade da população, especialmente a negra; promoveu a conscientização da sociedade brasileira frente à questão racial; obrigou o governo a criar políticas públicas frente às desigualdades sociais e ressignificou o conceito de ser negro, reconstruindo a dignidade e desenvolvendo a autoestima do negro.

2.1.2 Trajetória do movimento negro organizado no Brasil durante a República (1889-2000).

[...] Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p. 101).

Petrônio Domingues (2007) apresenta uma trajetória do movimento negro organizado durante a República, de 1889 até 2000, dividindo o período histórico em 4 etapas, com atores e propostas. O primeiro período vai de 1889 a 1937, da Primeira República ao Estado Novo. Com a implantação da República no Brasil em 1889, os negros, para reverter o quadro de marginalização ao que eram submetidos, instituíram os movimentos de mobilização negra no Brasil e criaram dezenas de grupos espalhados pelo país.

Em São Paulo, surgiram, entre os anos 1902 e 1917, seis associações. A mais antiga neste período foi o Clube 28 de Setembro, criado em 1887, mas as maiores associações foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908) e o Centro Cívico Palmares (1926). De 1907 até 1937, somente a cidade de São Paulo já contabilizava 123 associações. No estado do Rio Grande do Sul, somente em Porto Alegre, no período de 1889 até 1920 foram registradas 72, em Pelotas entre 1888 até 1929 eram 53 associações registradas. A base dessas agremiações

eram determinadas classes de trabalhadores negros. Havia também associações formadas por mulheres negras, como a Sociedade Brinco de Princesa (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

Foi durante este período que surgiu a imprensa negra, que eram jornais elaborados e publicados para debater e denunciar as questões relacionadas com a população negra. São Paulo, até 1930, tinha 31 jornais em circulação; o *Pátria*, de 1899, era o mais antigo. Os jornais estavam focados nas mais variadas mazelas da população negra e espalhados por vários estados brasileiros.

Em 1930, o movimento negro fundou em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB), que se tornou a mais importante entidade negra no país durante o século XX; com filiais em diversos estados, agregou milhares de negros, chegando a 20 mil filiados. Converteu-se assim o movimento negro em um movimento de massas. As mulheres negras eram presença frequente e importante dentro do movimento. A FNB, em 1936, transformou-se em partido político e pretendia disputar as eleições com um programa político autoritário, nos moldes totalitários; porém com a implantação da ditadura, no Estado Novo, em 1937, assim como as demais organizações políticas, foi extinta e o movimento negro foi se esvaziando aos poucos.

O segundo período abordado vai de 1945 até 1964, da Segunda República até a ditadura militar. Com uma violenta repressão política durante o Estado Novo, era inviável qualquer tipo ou forma de contestação. Com o fim da ditadura Vargas, dois agrupamentos foram importantes para a defesa da população negra.

O primeiro deles era a UHC, União dos Homens de Cor, fundada em 1943, em Porto Alegre. Tinha como finalidade elevar o nível econômico e intelectual do negro em todo o Brasil, tornando-os preparados para participar da vida social e administrativa do país. A UHC, na metade da década de 40, abriu filiais em ao menos 10 estados, importantes em vários municípios do interior até 1948. Teve presença forte em debates e nas imprensas locais, publicações em jornais próprios, oferecia à população negra assistência jurídica, médica e alfabetização. Mantinha ainda ações de voluntariado e participava de campanhas eleitorais. A partir da UHC surgiram outras agremiações, como a UHC (União Cultural dos Homens de Cor), no Rio de Janeiro e a UHC (União Catarinense dos Homens de Cor) no ano de 1962, em Blumenau. Com a chegada da ditadura militar em 1964, a UHC foi silenciada, assim como muitos outros grupos de movimentos sociais em todo país.

O TEM — Teatro Experimental do Negro — foi outro grande agrupamento que surgiu no Rio de Janeiro em 1944. Com a proposta de criar um grupo teatral com atores negros, devido a seu rápido crescimento acabou por ampliar seu campo de atuação; passou a publicar o jornal

Quilombo, a oferecer cursos de alfabetização, corte e costura; fundou ainda o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro; organizou o primeiro Congresso do Negro Brasileiro e realizou concursos da Rainha das Mulatas, Boneca de Piche, de artes plásticas com o tema Cristo Negro, além de propor leis contra a discriminação em todo o país.

A UHC e o TEM foram os grupos de maior visibilidade neste período, mas não foram os únicos, pois dezenas de outros grupos estavam dispersos pelo país. A imprensa negra neste período ganhou força com a publicação de diversos protestos em todo o território nacional.

Mesmo tendo acumulado experiência, o movimento negro, sem apoio político, acabou ficando isolado, sem conseguir que reivindicações específicas da população negra fossem aprovadas no congresso.

O terceiro período do movimento negro organizado vai de 1978 a 2000, desde a redemocratização até a República Nova.

Durante o período da ditadura militar, a repressão imposta pelos militares desarticulou o movimento negro e desmobilizou várias lideranças. O que não significa que durante a ditadura os negros deixaram de realizar ações; apesar de fragmentadas e sem enfrentamento direto contra o regime, várias ações ocorreram em algumas cidades brasileiras como em São Paulo, em 1972 e 74; São Caetano em 74; São Carlos em 75; Porto Alegre em 71; e no Rio de Janeiro em 76.

Mas foi somente em 1978, com a Fundação do Movimento Negro Unificado (FMNU), que o movimento negro voltou à cena política nacional. Inspirado nos protestos dos negros nas lutas por direitos civis nos EUA e nos movimentos de libertação dos países africanos, o MNU assumiu um discurso mais radical contra a discriminação racial.

No dia 18 de junho de 1978, na cidade de São Paulo, aconteceu a reunião de diversos grupos e entidades negras que deliberaram sobre decisões e eventos que posteriormente foram importantes para a visibilidade do Movimento Negro Unificado.

Com proposta de unificar todos os grupos de luta antirracista; fortalecer o poder político do negro; contestar a ordem social vigente; desferir denúncia pública do racismo; apregoar *negro no poder* como palavra de ordem; instituir o 13 de maio como dia nacional de denúncia contra o racismo; celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro, data da morte de Zumbi; incentivar o negro a assumir sua condição racial; intervir no terreno educacional propondo uma revisão dos conteúdos preconceituosos nos livros didáticos, capacitação de professores para uma pedagogia interétnica, reavaliação do negro na história do Brasil e incluir a história da África nos currículos escolares, o movimento negro organizado conseguiu africanizar-se. Também fizeram parte deste processo de africanização registrar as crianças negras com nomes africanos, impor à nova geração que assumisse religiões de matriz

africana e uma campanha contra a mestiçagem. Esse processo trouxe a consolidação de uma nova identidade racial e cultural para o negro no Brasil.

No quarto e último período do movimento negro organizado no Brasil, chegamos ao ano 2000, que abriu uma nova fase com a entrada do movimento *hip hop*. Esse movimento trouxe uma inovação cultural, ao falar a linguagem da periferia, expressar a rebeldia dos jovens negros e resgatar sua autoestima. Difundia o *rap*, cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social e constrói uma aliança de protagonismo do negro com outros setores da sociedade também marginalizados. Os apontamentos de Domingues (2007) sobre a trajetória do movimento negro organizado no Brasil nos auxiliam a ter uma melhor compreensão temporal da história de luta do negro no país, desde a abolição até o ano 2000.

2.1.3 A cor na política

[...] Monteiro Lopes rompe com alguns dos estereótipos impingidos ao negro nas primeiras décadas do pós-abolição. Longe da imagem de alienação, subalternidade e anomia social, seu exemplo leva a supor como os descendentes da diáspora africana foram versáteis e, dentro do possível, apropriaram-se da retórica republicana de direitos universais, cidadania e igualdade para fazer valer seus projetos, anseios e ideais, e conquistar (ou ampliar) direitos e redefinir sua posição na sociedade (DOMINGUES, 2013, p. 24).

Através do artigo “*Vai ficar tudo preto*”: *Monteiro Lopes e a cor na política*, de Petrônio Domingues (2013), conheceremos um pouco da história de Monteiro Lopes, o primeiro deputado federal negro no Brasil e teremos uma visão da trajetória do negro na política.

Monteiro Lopes nasceu Manoel da Motta Monteiro Lopes, em 25 de dezembro de 1867, em Recife, filho de um operário e uma dona de casa. Assim como seus pais e os 4 irmãos, Monteiro Lopes era negro e de família de baixa renda.

Formado como advogado, colocava seus serviços em prol de pessoas necessitadas e causas sociais. Mudou-se para o Rio de Janeiro, na época capital do Brasil, para trabalhar. Era um convicto abolicionista, republicano, socialista. Exerceu alguns cargos públicos, enfrentou debates políticos, ingressou na irmandade do Rosário dos Homens Pretos e na maçonaria. Foi discípulo de José do Patrocínio, atuando na militância política e partidária. Filiou-se ao Partido Republicano Nacional, sendo eleito intendente municipal (cargo hoje de vereador) em 1903; teve um mandato em prol dos servidores municipais e operários de fábrica. Ao final do mandato, se filiou ao Partido Democrático, onde defendia a ampliação da cidadania e a

universalização dos direitos no regime republicano. Candidatou-se a deputado federal, mas não obteve sucesso na primeira empreitada.

Na eleição seguinte, candidatou-se novamente e foi eleito o primeiro deputado federal negro no Brasil. Durante a campanha, foi perseguido pela imprensa com chacotas e zombarias por conta de sua cor; sua inteligência e capacidade foram questionadas. Sua candidatura se deu em uma época em que as elites tinham um pacto político e uma máquina eleitoral corrupta em suas mãos, que usavam para fraudar as eleições das mais variadas formas.

Foi uma campanha turbulenta em que Monteiro Lopes percorreu os principais jornais, mobilizou toda a sua base eleitoral, composta por trabalhadores públicos e privados e a população negra. No dia da eleição, urnas foram fechadas pelos corruptos e, mesmo recorrendo à polícia, não houve muito a ser feito. Porém, mesmo diante das inúmeras falcatruas da elite política, Monteiro Lopes foi eleito com 2337 votos. Depois de eleito, seus votos precisavam ser reconhecidos em várias instâncias e pela comissão de verificação de poderes, que diplomava o eleito e costumava dar posse apenas a políticos dos grupos dominantes.

Durante os dias que antecederam às apurações, muitos boatos e notícias de conchavos para impedir sua posse eram divulgados pela imprensa. Em sua defesa, várias vozes se levantaram na sociedade. Monteiro Lopes recebeu apoio de pessoas negras e brancas; trabalhadores das mais diversas áreas; de associações de movimento negro espalhadas por todo o território nacional; de outros políticos e de veteranos de guerra. Houve vários tipos de manifestações de apoio, reuniões e convocações em todos os estados brasileiros. Foi fundada em Porto Alegre a agremiação Centro Etiópico Monteiro Lopes para assegurar a sua posse. Muitos telegramas e cartas foram enviadas a autoridades pedindo a garantia de sua posse. Houve, ainda no mesmo sentido, ações judiciais; atos públicos; convocações; audiências agendadas e a adesão da Federação Paulista de Homens de Cor à sua causa.

Em março começaram as apurações eleitorais que, em um clima tenso, reuniram uma junta apuradora que reconheceu a legitimidade dos votos.

Restava agora esperar o reconhecimento da comissão para tomar posse. Com mais dias de espera, o cenário político era dramático e, em todos os espaços da sociedade, a cor da política era o assunto do momento. Após confabulações, incertezas e clamor por justiça, em 1 de maio de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente diplomado.

Foi um dia de festa. A galeria da câmara estava cheia de populares; festas nas diversas agremiações e associações; trabalhadores de várias categorias; estudantes; a população negra e todos os segmentos populares comemoravam juntos essa vitória. Nas semanas seguintes seguiram as comemorações, com direito a missa celebrada com ações de graça, em 13 de maio;

romarias, discursos, sessões cívicas e viagens para todos os estados que o apoiaram. Foram dias de comemoração, gratidão e comprometimento com todos os que se mobilizaram em favor do seu mandato.

A estreia na Câmara dos Deputados ocorreu em 17 de julho de 1909, com um discurso inflamado, vivo e apaixonado, onde colocou o mandato a serviço das questões sociais e do direito dos trabalhadores. Infelizmente seu mandato foi curto já que, em 13 de dezembro de 1910, Monteiro Lopes faleceu de complicações da diabetes. Sua morte repentina causou espanto no parlamento e consternação na comunidade negra.

Seu velório foi disputado e emocionado, com presença de representantes de diversos segmentos e setores da sociedade. A trajetória de Monteiro Lopes nos mostra que o negro era subestimado em sua capacidade política e intelectual por conta do racismo. No entanto, nosso primeiro deputado federal negro no Brasil foi um exemplo de inteligência política, sagacidade e liderança.

2.1.4 As contribuições políticas e sociais do movimento de mulheres negras

“quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade”³, exatamente porque, estando na base, o movimento das mulheres negras desestrutura/desestabiliza as rígidas e consolidadas relações desiguais de poder do sistema capitalista (FIGUEIREDO, 2018, n. p.).

Ângela Figueiredo, em *Perspectivas e contribuições de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e sexismo na sociedade brasileira* (2018), aborda as importantes contribuições políticas e sociais do movimento de mulheres negras no combate ao racismo e sexismo ao longo da nossa história.

Em seu artigo, a autora nos apresenta grupos e organizações que fizeram importantes contribuições. Entre eles, destaca: o bloco Ilê Ayê (1974), em Salvador (BA), que propõe uma aproximação histórica, estética e política com países africanos de idioma português e promove uma revolução estética ao transformar o cabelo crespo em símbolo de afirmação identitária negra; o grupo Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB; o Comitê de Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030; Mulheres do Movimento Negro Unificado (GM) Bahia, que faz frente a práticas racistas sexistas no mercado de trabalho; o Geledes - Instituto da Mulher Negra (1988), com o objetivo de lutar contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira; Crioula - Rio de Janeiro (1992), que atua na defesa e promoção

³ Discurso de Angela Davis durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 de julho de 2017, na cidade de Cachoeira-BA.

dos direitos das mulheres negras; e Odara - Instituto da Mulher Negra, organização que combate o racismo, sexismo e promove o empoderamento econômico, social e político feminino.

Segundo a autora, alguns encontros, atividades, conferências e seminários trouxeram grandes contribuições. Entre estes, destaca:

O 13º Fórum Social Mundial, ocorrido em Salvador, em 14 de março de 2018; o Fórum Permanente de Mulheres Negras, em 2018, com avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres e a III Conferência Mundial das Mulheres Negras, em Nairóbi, em 1985; o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), 1988, em Valença-RJ, que tratou de questões centrais como a organização do movimento de mulheres e a legalização do aborto; Encontros Nacionais Feministas (ENF) Garanhuns - PE (1987), Bertioga - SP (1989) e Caldas Novas - GO (1991); Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe - Bertioga (1985), Taxco - México (1987), São Bernardo - Chile (1990) e Costa Del Sol – El Salvador (1993); I Seminário Nacional de Mulheres Negras, em Atibaia - SP (1993) e o II em 1994, com o objetivo de refletir sobre desigualdade de gênero, raça, direito à terra, habitação e políticas públicas voltadas para a saúde; II Marcha das Mulheres Negras, em 18 de novembro de 2015, que reuniu 35 mil mulheres — a primeira marcha ocorreu em 1988 se opondo ao centenário da abolição e a marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em Brasília, em 1995, contra o racismo, pela cidadania e vida, que reuniu 30 mil manifestantes.

Figueiredo (2018) destaca ainda a Carta das Mulheres Negras, que pedia o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação, à justiça, à moradia, à terra, à cidadania, à segurança pública, à cultura e promoção da igualdade. A PEC 66 2012, sancionada em 2013 pela presidente Dilma, dá direitos trabalhistas à empregada doméstica.

A autora conclui mostrando a importância e a contribuição efetiva que as mulheres negras e feministas negras tiveram para a desmistificação da mestiçagem, para a desconstrução do discurso da democracia racial brasileira, para a exposição de dados sobre a desigualdade de renda e acesso à educação entre negros e brancos e para a positivação do termo negro, agora autoclassificação afirmativa de identidade.

2.1.5 Ações afirmativas no Brasil contra o racismo

Valter Roberto Silvério, em *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil* (2002), analisou o tema que dá título ao seu trabalho do ponto de vista jurídico e da igualdade de oportunidades, polemizando as críticas contrárias a políticas compensatórias e fazendo uma explanação sobre como essas ações são exploradas nas instituições escolares e as

consequências que o preconceito traz para a identidade e autoestima da criança e do jovem negro.

O debate sobre cotas raciais no Brasil é o ponto de partida para o autor, que considera um equívoco o debate em torno da aceitação ou não das cotas pois, além de enfraquecer a discussão do conteúdo, não responde como se pode atender às minorias discriminadas quando as políticas universais não têm o desempenho desejado.

O autor ainda discute sobre como é possível rever alguns aspectos do pacto social e sobre aspectos que considera importantes para a melhoria das políticas públicas de ação afirmativa, pautando temas como o princípio da igualdade e a discussão sobre o estatuto da raça.

Para o autor, atribuir o problema da desigualdade social somente ao fator rico versus pobre não explica os profundos problemas sociais do país. A econômica é apenas uma das desigualdades entre negros e brancos, pois o racismo e a discriminação racial têm no Estado um histórico de racismo institucional, tornando-se um dos grandes problemas políticos e científicos nas sociedades multirraciais.

O autor apoia o seu estudo em autores e obras que debatem ações afirmativas e estrutura social; a jurisprudência americana e as ações afirmativas; a jurisprudência brasileira e as ações afirmativas no Brasil — onde o autor observa que a negação da discriminação racial no Brasil é um dos maiores empecilhos à implantação de políticas de ações afirmativas.

A política educacional e a escola na era da ação afirmativa são o ponto de chegada de seus estudos; o autor apresenta alguns autores que abordam o tema na visão Internacional e outros com uma visão mais nacionalista. Conclui que o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil encontrará a solução ao manter crianças e jovens negros em escolas de qualidade, com um ensino que desmistifique a contribuição histórica de cada raça e etnia para a formação sociocultural do país.

Essa construção de um novo processo escolar necessitará, segundo o autor, de programas de ação afirmativa, que garantam o ingresso de jovens negros nas universidades e uma reformulação no currículo de formação da magistratura, a partir de parâmetros multiculturais.

2.2 Lei N.10.639/2003

Alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) provocada pela Lei n. 10.639-2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – de acordo com a homologação, em 18 de maio de 2004, do Parecer n.

03/2004, de 10 de março, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovando o projeto de resolução dessas diretrizes que as acompanham – podem ser consideradas um novo marco na história da educação do país (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 892).

Valter Roberto Silvério e Cristina Teodoro Trinidad fazem uma análise sobre a Lei n. 10.639/2003, que provocou alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana e institui o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra; a data foi escolhida em homenagem ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, um grande líder quilombola negro.

2.2.1 A lei aprovada em 1999 só foi promulgada em janeiro de 2003

Os autores, em seu artigo *Há algo de novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?*, fazem uma análise da trajetória histórica que levou à aprovação e promulgação da lei e os benefícios que ela traz para a educação e o reconhecimento da luta racial no país.

Segundo os autores, desde a assembleia nacional constituinte de 1987, o movimento negro elaborou propostas que se tornaram a base para essa lei.

O período entre a Constituição de 1988 e a aprovação e promulgação da lei foi de intensa atividade social que envolveram várias ações e atores no processo.

O núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (Neab/Ufsc), assim como outros núcleos similares espalhados pelo país, realizaram ações conjuntas sobre as relações étnico-raciais e a educação nos últimos 20 anos, produzindo teses, artigos e dissertações sobre o tema.

A marcha Zumbi dos Palmares (1995) e a instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (Gti) tiveram papel fundamental para reconhecer a existência do racismo no Brasil. A III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban (África do Sul) em 2001, foi fundamental para a implantação de uma série de ações políticas, das quais podemos destacar a criação da (SEPPIR) Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e (Secar) Secretaria de Educação Continuada, assim como adoção de alguns marcos importantes para atender reivindicações nas questões étnico-raciais.

Destes marcos podemos destacar o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS); o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o manual *Superando o Racismo na Escola*.

A aprovação e promulgação da lei foi o resultado do esforço de todos os atores sociais e ações descritas acima. A importância dessa aprovação, para os autores, é o reconhecimento do racismo e da discriminação racial existentes em nossa sociedade e a percepção das contribuições das culturas africanas para a construção da nossa identidade como nação. Trata-se de um imenso ganho para a educação das novas gerações.

3 Considerações finais

Quando analisamos a história da população negra no Brasil, percebemos que o Estado brasileiro não somente esteve ausente em sua obrigação de proteger e zelar pelos negros, como também foi responsável por sua exclusão da sociedade brasileira.

Após ter explorado o negro, abandonou-o à própria sorte, privando-o de seus direitos básicos; recusou-se a reparar a exploração sofrida, dificultou a sua inclusão na sociedade e desvalorizou a sua luta por direitos ao negar o racismo no país e implantar na consciência da sociedade a falácia da democracia racial.

Sua verdadeira história foi alterada para minimizar as atrocidades cometidas, retirar seu protagonismo na construção do país e em sua própria luta por liberdade. Se não fosse os movimentos negros denunciar e lutar através de suas bandeiras, não existiria nenhuma política pública de reparação.

Percebemos ainda que as políticas públicas vigentes não conseguem atender de forma ampla e adequada às necessidades da população negra. Suas conquistas são dificultadas quando uma parcela da população brasileira, que parece desconhecer a história do país, tenta deslegitimar as pautas apresentadas pelos negros e se coloca como prejudicada a cada conquista de uma nova política pública.

Estamos vivendo hoje tempos de polaridade, desconstrução, negação, ódio às diferenças e incontáveis retrocessos históricos no país. O caminho para reparar a dívida histórica que a sociedade brasileira tem com a sua população negra ainda é longo e árduo. Será necessária a conscientização de toda população brasileira sobre a verdadeira formação do seu país e das dívidas históricas adquiridas com as minorias excluídas, contando a verdadeira história de nosso país nas escolas públicas, do ensino fundamental ao médio; nas universidades; nos filmes nacionais que possam apresentar os atores da construção de nossa sociedade; no teatro, na rua, no trabalho; durante cursos de aperfeiçoamento; nas rodas de conversa; nas redes sociais e em todos os espaços públicos e privados que pudermos ocupar.

Somente quando toda população brasileira tiver real conhecimento e entendimento da história de nosso país, teremos finalmente quitado nossa dívida junto à população negra e às minorias excluídas e poderemos ser uma nação completa, evoluída e realmente democrática.

Referências

AMARAL, S. P. do. **História do negro no Brasil**. Módulo 2. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

DOMINGUES, P. Movimento Negro no Brasil: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói – RJ, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, P. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 95, p. 59-81, 2013.

FIGUEIREDO, Â. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e sexismo na sociedade brasileira. *Rev. Direito Prax.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.1080-1099, jun. 2018.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até a atualidade. **Sociologia, Problema e Práticas**, Lisboa, v. 75, p. 131-147, 2014.

SILVÉRIO, R. V. Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SILVÉRIO, R. V; TRINIDAD, T. C. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educ.Soc.**, Campinas, v. 33 n. 120, p. 891-914, set. 2012.